

Sumário

Capítulo 1 ► A SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL	19
1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA E COMPOSIÇÃO	19
2. DEFINIÇÃO E NATUREZA JURÍDICA.....	22
3. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA	22
4. PRINCÍPIOS INFORMADORES.....	25
4.1. Universalidade da cobertura e do atendimento	26
4.2. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais	26
4.3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços	27
4.4. Irredutibilidade do valor dos benefícios	29
4.5. Equidade na forma de participação no custeio.....	30
4.6. Diversidade da base de financiamento	31
4.7. Gestão quadripartite.....	32
4.8. Solidariedade.....	33
4.9. Precedência da fonte de custeio ou contrapartida	35
4.10. Orçamento diferenciado	37
4.11. Tabela dos princípios da seguridade social.....	37
5. ASSISTÊNCIA SOCIAL	39
5.1. Evolução e definição.....	39
5.2. Objetivos, princípios e diretrizes.....	41
5.3. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS).....	43
5.4. Benefício do amparo assistencial à pessoa idosa ou pessoa com deficiência carente (BPC/LOAS)	50
5.5. Outros benefícios assistenciais.....	73
5.6. Auxílio-inclusão	76
5.7. Seguro-defeso	78
6. SAÚDE.....	81
6.1. Introdução, definição e natureza jurídica	81
6.2. O Sistema Único de Saúde	85

6.3.	Princípios.....	86
7.	PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	87
7.1.	Noções gerais.....	87
7.2.	Evolução histórica mundial e brasileira	88
7.3.	Definição e abrangência	95
7.4.	Classificação dos sistemas previdenciários	96
7.5.	Planos previdenciários brasileiros	96
7.5.1.	Planos básicos.....	98
7.5.2.	Planos complementares.....	101
7.6.	Fontes, autonomia, interpretação e aplicação do Direito Previdenciário e sua relação com os demais ramos jurídicos.....	102

Capítulo 2 ► CONTRIBUIÇÕES PARA O CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL..... 111

1.	NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	111
2.	A RELAÇÃO JURÍDICA DE CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	115
3.	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL EM ESPÉCIE.....	115
3.1.	Contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei	117
3.2.	Contribuições do trabalhador e dos demais segurados do RGPS.....	121
3.3.	Concurso de prognósticos	123
3.4.	Contribuição do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar	124
4.	ARRECADAÇÃO	126
5.	IMUNIDADE.....	128
6.	PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE NONAGESIMAL OU NOVENTENA.....	138
7.	CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO DA SEGURIDADE SOCIAL	140
8.	PROGRESSIVIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES DAS EMPRESAS.....	142
9.	MORATÓRIA, PARCELAMENTO, ANISTIA E REMISSÃO.....	143
10.	DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO.....	148

Capítulo 3 ► DISPOSIÇÕES GERAIS E PRINCÍPIOS INFORMADORES DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL..... 151

1.	COBERTURA E ADMINISTRAÇÃO	151
2.	LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, SISTEMÁTICA E CARACTERÍSTICAS.....	153
3.	ENTIDADES E ÓRGÃOS PREVIDENCIÁRIOS	155

3.1.	Conselho Nacional da Previdência	155
3.2.	Instituto Nacional do Seguro Social	157
3.3.	Conselho de Recursos da Previdência Social.....	157
4.	PRINCÍPIOS INFORMADORES.....	159
4.1.	Princípio da Contributividade	160
4.2.	Princípio da Obrigatoriedade da Filiação.....	160
4.3.	Princípio do Equilíbrio Financeiro e Atuarial.....	161
4.4.	Princípio da Universalidade de Participação nos Planos Previdenciários	162
4.5.	Princípio da Uniformidade e Equivalência dos Benefícios e Serviços às Populações Urbanas e Rurais	163
4.6.	Princípio da Seletividade e Distributividade na Prestação dos Benefícios	164
4.7.	Princípio dos Salários de Contribuição Corrigidos Monetariamente.....	165
4.8.	Princípio da Irredutibilidade do Valor dos Benefícios.....	166
4.9.	Princípio da Garantia do Benefício não Inferior ao Salário Mínimo.....	167
4.10.	Princípio da Previdência Complementar Facultativa.....	168
4.11.	Princípio da Gestão Quadripartite da Previdência Social	169
4.12.	Princípio do <i>Tempus Regit Actum</i>	169
4.13.	Automaticidade das Prestações	171

Capítulo 4 ► SEGURADOS OBRIGATÓRIOS E FACULTATIVOS, FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL..... 173

1.	INTRODUÇÃO.....	173
2.	SEGURADOS OBRIGATÓRIOS.....	175
2.1.	Segurado empregado	175
2.2.	Segurado empregado doméstico	184
2.3.	Segurado trabalhador avulso	185
2.4.	Segurado especial.....	186
2.5.	Segurado contribuinte individual	197
3.	SEGURADOS FACULTATIVOS.....	206
4.	FILIAÇÃO AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	209
5.	INSCRIÇÃO NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	215

Capítulo 5 ► SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO 221

1.	INTRODUÇÃO E DEFINIÇÃO	221
----	------------------------------	-----

2.	LIMITE MÍNIMO E MÁXIMO	223
3.	COMPLEMENTAÇÃO, AGRUPAMENTO E TRANSFERÊNCIA DO EXCEDENTE DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO	226
4.	COMPOSIÇÃO	230
5.	PARCELAS INTEGRANTES E NÃO INTEGRANTES	236

Capítulo 6 ► CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL..... 253

1.	DESTINAÇÃO E ESPÉCIES.....	253
2.	NATUREZA JURÍDICA E FATO GERADOR	254
3.	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DOS TRABALHADORES E DEMAIS SEGURADOS	255
3.1.	Segurado empregado, trabalhador avulso e empregado doméstico	256
3.2.	Segurado contribuinte individual e facultativo	260
3.3.	Segurado especial.....	264
4.	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DAS EMPRESAS E EQUIPARADOS A EMPRESA.....	267
4.1.	Incidentes sobre as remunerações dos empregados e avulsos	269
4.2.	Incidentes sobre as remunerações dos contribuintes individuais.....	276
4.3.	Incidentes sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura da prestação de serviços das cooperativas de trabalho (estudo histórico)	277
5.	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO EMPREGADOR DOMÉSTICO	279
6.	CONTRIBUIÇÕES SUBSTITUTIVAS DA COTA PATRONAL.....	283
6.1.	Associações desportivas que mantêm equipe de futebol profissional.....	283
6.2.	Produtor rural pessoa física	283
6.3.	Produtor rural pessoa jurídica	286
7.	A RETENÇÃO FEITA PELO CONTRATANTE DE SERVIÇOS DE CESSÃO DE MÃO DE OBRA ...	289
8.	HIPÓTESES DE RESPONSABILIZAÇÃO SOLIDÁRIA	291
8.1.	Construção civil.....	292
8.2.	Empresas do mesmo grupo econômico	294
8.3.	Gestores dos entes da Administração Pública Indireta	294
8.4.	Administração Pública.....	294
8.5.	Operador portuário e órgão gestor de mão de obra	295
8.6.	Produtores rurais integrantes de consórcios simplificados	296
8.7.	Trabalho temporário.....	296
8.8.	Oficial de Cartório e contratantes	296

9.	ARRECADACÃO	297
10.	ENCARGOS DECORRENTES DO ATRASO E REGRAS DE PARCELAMENTO	306
11.	RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	307
12.	OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS DAS EMPRESAS.....	310
13.	CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO	313

Capítulo 7 ► ACIDENTE DE TRABALHO, MOLÉSTIAS OCUPACIONAIS E EVENTOS EQUIPARADOS 317

1.	INTRODUÇÃO.....	317
2.	DEFINIÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO	319
3.	DOENÇAS OCUPACIONAIS (EQUIPARADAS).....	320
4.	ACIDENTE DE TRABALHO POR EQUIPARAÇÃO	322
5.	RECONHECIMENTO.....	325
6.	SEGURADOS COM COBERTURA PREVIDENCIÁRIA	326
7.	PRESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS ACIDENTÁRIOS	328
8.	PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS DO RECONHECIMENTO DO ACIDENTE DE TRABALHO	329
9.	RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPRESA PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO	330
10.	AÇÃO REGRESSIVA DO INSS CONTRA A EMPRESA NEGLIGENTE.....	331

Capítulo 8 ► REGRAS GERAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL..... 337

1.	ESPÉCIES DE PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	337
2.	DEPENDENTES DOS SEGURADOS	340
2.1.	Classe I	343
2.2.	Classe II	358
2.3.	Classe III	361
3.	TEMPO DE SERVIÇO E DE CONTRIBUIÇÃO, CONTAGEM RECÍPROCA E INDENIZAÇÃO AO INSS.....	363
4.	MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO NO PERÍODO DE GRAÇA	381
5.	PERÍODO DE CARÊNCIA.....	389
6.	FATOR PREVIDENCIÁRIO	409
7.	SALÁRIO DE BENEFÍCIO E CADASTRO NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS	415
8.	RENDA MENSAL INICIAL DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....	427

Capítulo 9 ► BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL 431

1.	INTRODUÇÃO.....	431
----	-----------------	-----

2.	APOSENTADORIA E CONTRATO DE TRABALHO	433
3.	APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE	436
4.	APOSENTADORIAS VOLUNTÁRIAS.....	458
4.1.	Aposentadoria programada urbana: comum e professor do ensino básico	463
4.2.	Aposentadoria por idade dos trabalhadores rurais	490
5.	APOSENTADORIAS ESPECIAIS	503
5.1.	Aposentadoria especial por exposição aos agentes nocivos.....	505
5.2.	Aposentadoria das pessoas com deficiência	535
6.	REGRAS DE TRANSIÇÃO DAS APOSENTADORIAS – EMENDA 103/2019.....	542
6.1.	Artigo 15 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional	542
6.2.	Artigo 16 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional	545
6.3.	Artigo 17 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional	547
6.4.	Artigo 18 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional	549
6.5.	Artigo 20 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional	551
6.6.	Artigo 21 – Aposentadorias especiais por agentes nocivos – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional	553
7.	AUXÍLIO-DOENÇA (AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA).....	558
8.	SALÁRIO-FAMÍLIA.....	574
9.	SALÁRIO-MATERNIDADE	580
10.	AUXÍLIO-ACIDENTE.....	596
11.	PENSÃO POR MORTE	606
12.	AUXÍLIO-RECLUSÃO.....	637
13.	ABONO ANUAL	653
14.	SERVIÇO SOCIAL	653
15.	HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	654
16.	ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS.....	658

Capítulo 10 ► TEMAS FINAIS SOBRE BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL..... 667

1.	PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO	667
----	--	-----

1.1.	Programa permanente de revisão da concessão e da manutenção dos benefícios geridos pelo INSS	673
2.	JUSTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA	677
3.	CANCELAMENTO E SUSPENSÃO DE BENEFÍCIOS.....	682
4.	AUTOTUTELA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	683
5.	DECADÊNCIA DECENAL PARA A REVISÃO OU IMPUGNAÇÃO DE ATO DE INDEFERIMENTO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO E PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.....	685
6.	REAJUSTAMENTO DA RENDA MENSAL DOS BENEFÍCIOS.....	694
7.	DESCONTOS LEGALMENTE AUTORIZADOS NOS BENEFÍCIOS	694
8.	DÉBITO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS	703
9.	DIREITO ADQUIRIDO.....	703
10.	RENÚNCIA DA APOSENTADORIA (DESAPOSENTAÇÃO).....	705
11.	O PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO COMO PRESSUPOSTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO JUDICIAL CONTRA O INSS.....	707
12.	IMPENHORABILIDADE, INALIENABILIDADE E INDISPONIBILIDADE DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....	718
13.	COMPETÊNCIA JURISDICIONAL	718
14.	QUESTÕES PROCESSUAIS DOS JUÍZADOS FEDERAIS.....	724
15.	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	729
16.	AÇÃO CIVIL PÚBLICA PREVIDENCIÁRIA	731
Capítulo 11 ► REGRAS GERAIS DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....		733
1.	DISPOSIÇÕES INICIAIS E INOVAÇÕES DA EMENDA 103/2019.....	733
2.	SEGURADOS.....	744
3.	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	749
4.	CÁLCULO DOS BENEFÍCIOS	757
5.	BENEFÍCIOS.....	759
5.1.	Novas regras de aposentadorias com o advento da Emenda 103/2019.....	771
5.2.	Aposentadoria compulsória por idade	786
5.3.	Pensão por morte	790
5.4.	Abono de permanência	799
5.5.	Regras de transição da EC 103/2019.....	800
Capítulo 12 ► PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....		813
1.	REGIME DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS	813

2.	REGIME PRIVADO	818
2.1.	Introdução.....	818
2.2.	Características gerais.....	822
2.3.	Disposições comuns aos planos de benefícios dos entes abertos e fechados.....	828
2.4.	As entidades fechadas e os seus planos de benefícios	831
2.5.	As entidades abertas e os seus planos de benefícios	842
2.6.	Intervenção e liquidação extrajudicial dos entes previdenciários privados	843
2.7.	A relação da administração pública com as suas entidades fechadas de previdência complementar	846
3.	REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS FEDERAIS.....	849
3.1.	Introdução.....	849
3.2.	Entidades fechadas – FUNPRESPs	855
3.3.	Plano de benefícios	858
3.4.	Benefício especial	859
3.5.	Plano de custeio e contribuições previdenciárias.....	863
3.6.	Recursos garantidores.....	865
3.7.	Controle e fiscalização.....	866
3.8.	Vigência do regime previdenciário	867
Capítulo 13 ► APÊNDICE ESPECIAL: CRIMES CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL		869
1.	APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA.....	869
2.	SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	873
3.	FALSIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL	876
4.	ESTELIONATO CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	878
Referências.....		879